



princípio da analogia na constituição do léxico

*Lucilene Hotz**

Introdução

A morfologia derivacional passa a ser objeto de análise mais cuidadosa e mais profunda somente quando os pressupostos teóricos gerativistas começam a vigorar. É exatamente a partir da sistematização dos processos de formação de palavras que a morfologia ganha peso no âmbito geral dos estudos linguísticos. A preocupação vigente era, portanto, descrever o processo de formação de novas palavras por meio de regras nas quais se caracterizava e delimitava morfo-semanticamente a base e o produto. Assim, devido à previsibilidade das regras, dava-se conta das formações potencialmente possíveis e das eventualmente bloqueadas. Dentro desse enfoque formalista, coube ao princípio da analogia arcar com o peso de explicar todas as formações que ocorriam no léxico sem serem previstas (por não estarem de acordo com as regras de formação de palavras). De certa forma, a analogia era o depósito das irregulares. Neste momento, contudo, em que a agenda dos estudos linguísticos gira em torno da Gramática de Princípios e Parâmetros, muda-se o enfoque sob o qual se analisa o princípio da analogia e exige-se uma descrição mais justa para esse processo de formação de palavras, cuja importância já havia sido ressaltada por Saussure. Espera-se mudar seu status de humilde repositório de irregularidades para atribuir-lhe uma posição invejável

* Professora de Língua Portuguesa do Colégio de Aplicação João XXIII - UFJF, Mestre em Linguística - UFJF

de processo único e universal de formação de palavras . Este ensaio pretende analisar quais as vantagens e as desvantagens teóricas dessa nova abordagem da analogia, tendo como base de comparação os avanços dos estudos de morfologia derivacional na perspectiva gerativa.

1. A analogia segundo Saussure

No livro *"Curso de Linguística Geral"* Saussure define com extremo detalhe o que é o fenômeno da analogia e qual a sua importância na formação dos sistemas linguísticos.

Segundo o autor *"a analogia supõe um modelo e sua imitação regular. Uma forma analógica é uma forma feita à imagem de outra ou de outras, segundo uma regra determinada"*.

Isso se dá para que a regularidade do sistema linguístico por vezes "perturbada" seja recuperada. Tal fenômeno só foi devidamente contemplado com a escola dos neogramáticos, que a ele atribuiu importância fundamental no processo de evolução das línguas.

Na tentativa de definir melhor o processo analógico, Saussure compara-o a um drama de três personagens: 1º) o tipo transmitido, legítimo, hereditário; 2º) o concorrente; 3º) uma perspectiva coletiva, constituída pelas formas que criaram esse concorrente. Cumpre dizer que todo esse raciocínio adveio da análise de processos de mudanças fonológicas em perspectiva diacrônica.

Saussure afirma ainda que a analogia é de ordem psicológica e gramatical, pois supõe a consciência e a compreensão de uma relação que une as formas entre si. É interessante notar que aqui Saussure de certa forma intui a natureza cognitiva do processo analógico: *"uma parte toda do fenômeno se realiza antes que se veja aparecer a forma nova."* O sistema linguístico, por permitir uma atividade contínua de decomposição de unidades, legitima todas as formas já existentes ao mesmo tempo em que potencializa as criações analógicas. Em outras palavras, na visão saussureana, os elementos estão disponíveis no sistema da língua e a partir do momento que uma palavra é usada na fala, quaisquer dos seus componentes podem ser imitados analogicamente. Por isso, a analogia é vista como um fenômeno de interpretação, uma *"manifestação da atividade geral que distingue as unidades para usá-las em seguida"*.

Toda criação analógica pode ser representada como uma operação análoga ao cálculo da quarta proporcional: perdoar: imperdoável = decorar : x ∴ X= indecorável.

O papel da analogia na evolução da língua mostrou-se tão relevante que ele atribui ao fenômeno analógico não só a tarefa de criar novos vocábulos como também a de manter os que já existem, considerando que é a operação analógica que classifica uma dada entrada lexical como enquadrada no sistema e solidária com outras formas. Se uma forma é analisada como "estranha" à língua a tendência é que ela seja substituída por uma composta de elementos "vivos": *"as formas se mantêm porque são refeitas sem cessar"*.

2. As diferentes abordagens da morfologia derivacional

2.1- A tradição clássica

O fio condutor dos estudos morfológicos na antiguidade clássica está ligado à divergência filosófica entre analogistas e anomalistas. Os primeiros acreditavam que o princípio que rege os sistemas linguísticos é o da regularidade, enquanto que os últimos apostavam em um conjunto de fenômenos irregulares ou “anômalos”. Como os sistemas flexionais são os que apresentam maiores regularidades, o estudo da morfologia na tradição clássica girou em torno do estudo dos paradigmas flexionais. O objeto de análise era a palavra, concebida como unidade indivisível, não havendo, portanto, espaço para a morfologia derivacional.

Somente no século XIX é que o termo “morfologia” foi usado para abarcar tanto o fenômeno da flexão quanto o da derivação, ambos os estudos motivados pelo interesse na evolução das palavras dentro da perspectiva diacrônica, norteados pela gramática de Panini. Nessa gramática, as formas flexionadas são descritas por meio de listas ordenadas de regras que se aplicam a formas estruturadas em termos de raízes e afixos, o que serviu de base tanto para o modelo estruturalista quanto para o gerativista vigentes no século XX.

2.2- O modelo estruturalista

É sob o enfoque do modelo estruturalista americano que a morfologia derivacional ganha relevo. Cria-se o modelo *Elemento e Arranjo* dentro do qual se concebe como unidade mínima de análise o morfema e como procedimento de análise a decomposição estrutural das palavras. Assim, a análise morfêmica consiste em segmentar as palavras em unidades menores recorrentes e significativas (morfes) e classificar essas mesmas unidades de acordo com as características fonético-semânticas que elas apresentam.

Este modelo é predominantemente taxonômico e traz como inconsistência teórica a premissa de que para ser morfema tem de ser uma unidade significativa. A inconsistência se deve ao fato de que, muitas vezes, somente o critério da recorrência permitiu aos estruturalistas reconhecer em determinadas unidades o status de morfema, muito embora o significado dessas unidades fosse impossível de se reconhecer.

1.3- O modelo gerativista e suas diferentes versões

Na perspectiva do modelo-Standard da teoria gerativista, a morfologia derivacional não desperta nenhum interesse de análise, já que a ênfase dos estudos se concentra na sintaxe, o que obriga a considerar como relevante a palavra como um todo. Até mesmo os processos derivacionais gerais, como as nominalizações, são considerados numa abordagem sintática, ou seja, dentro da

"hipótese transformacionalista" (regras transformacionais de nominalização). Essa abordagem é mais vantajosa em relação à estruturalista na medida em que não estabelece o significado do morfema como premissa básica, além do que explica de modo coerente as relações semânticas entre sentenças verbais e sentenças nominais. Todavia, muitos processos derivacionais menos gerais não podem ser explicados a partir da hipótese transformacionalista e mesmo as nominalizações com as quais ocorreram extensões de sentido ficam fora da análise. Fora isso, a metodologia da análise leva à suposição de itens hipotéticos, o que de certa forma aumenta a possibilidade de erro.

Devido às falhas do modelo-Standard, apontadas acima, Chomsky propõe um novo tratamento para os processos derivacionais gerais, a hipótese lexicalista. Nessa abordagem, as nominalizações inserem-se em estruturas básicas, isto é, neutras no sentido de que as entradas lexicais com as quais o processo de nominalização ocorre não seriam marcadas nem como verbos nem como nomes (ausência de traços categoriais). Desta forma, explicar-se-ia a correspondência sintática entre verbos e nomes deverbais. Um dos problemas que a hipótese lexicalista apresenta é o fato de conceber entradas lexicais vagas e irrestritas, sendo difícil a concepção da estrutura de traços contextuais da entrada lexical neutra. Além do mais, também esse modelo não abarca o fenômeno das extensões de sentido. O problema maior dessa análise, no entanto, é não considerar que as formas deverbais têm existência independente no léxico e podem, por isso mesmo, servir de base para novas formações.

Na tentativa de melhorar a hipótese lexicalista conforme proposta por Chomsky, Jackendoff (1975) propõe a Teoria da Entrada Plena, na qual desenvolve e formaliza a noção de redundância lexical, com o objetivo de dar conta de diferentes tipos de relações lexicais de uma maneira unificada. Nessa abordagem, as palavras apresentam entradas lexicais plenamente especificadas, cujas redundâncias são então computadas, de modo que o problema de especificação da base inexistente. Assim, no caso das formações deverbais, teríamos duas entradas lexicais separadas. Essa proposta, porém, apresenta alguns problemas de análise, como por exemplo, estabelecer redundâncias em palavras cujas bases são formas presas, fazendo com que a seta que relaciona uma entrada à outra seja unidirecional. Ao observar que não existe previsibilidade entre os sufixos nominalizadores e os significados atribuídos à palavra, Jackendoff distingue as regras de redundância morfológica das regras de redundância semântica. Essa proposição teórica, contudo, mostrou-se produtiva na análise de nominalizações, apresentando problemas em relação a outros tipos de relações lexicais, como por exemplo, adjetivos deverbais, com os quais a previsibilidade entre o sufixo e o significado da palavra é regular.

Um outro linguista que muito contribuiu para o estudo da morfologia derivacional é Aronoff. Sua análise tem como foco de observação a produtividade das regras de formação de palavras. A partir de suas observações, Aronoff chegou à conclusão de que as características morfológicas da base influem decisivamente na produtividade de um dado processo derivacional e que tal produtividade também pode ser desvirtuada pelo fenômeno do bloqueio que impede que uma dada entrada se forme devido à existência de outra. Como as análises anteriores,

esta também apresenta inconsistências, como a proposição das “regras de truncamento”, artifício poderoso demais para justificar a formação de palavras a partir de bases não- livres e a assunção de que afixos e raízes não têm significado.

1.4- Um novo modelo gerativista - Basílio

Insatisfeita com as inconsistências teóricas dos modelos anteriormente citados e preocupada em equacionar os problemas referentes à morfologia derivacional, Basílio propõe uma nova abordagem dos processos de formação de palavras. A principal reformulação em relação às teorias de Jackendoff e Aronoff diz respeito a proposição de dois tipos distintos de regras, dentro do modelo gerativo, que dão conta de abarcar a produtividade do fenômeno de formação de palavras. São elas as RFP's (regras de formação de palavras) e as RAE's (regras de análise estrutural). As primeiras explicariam as formações novas e as últimas descreveriam formas já estratificadas, inclusive aquelas cujas bases não são formas livres dentro do sistema linguístico. Assim, toda RFP teria como contraparte uma RAE, que tornar-se-á produtiva desde que haja condições de isolabilidade da base ou do afixo. Deve-se frisar que a habilidade de decompor formas para utilizá-las em novas formações faz parte da competência lexical dos falantes. Como vantagens em relação às outras abordagens está o fato de que RAE's dispensam a proposição de regras de truncamento, que como já vimos é um artifício poderoso demais. Fora isso, a competência de analisar estruturalmente uma formação já existente, permite a aplicação da regra a radicais presos, sendo a única diferença entre flexão e derivação o grau de produtividade das regras.

1.5- Basílio e o princípio da analogia: um novo enfoque

No artigo “O princípio da analogia na constituição do léxico: regras são clichês lexicais”, Basílio assume a conveniência de se adotar o princípio saussureano da analogia para descrever adequadamente os fenômenos das relações e produtividade lexical, abandonando, assim, as RFP's. Não há dúvida de que qualquer formação analisada como produto da aplicação de uma dada RFP pode também ser considerada como correspondente da incógnita da quarta proporcional. No entanto, as formações analógicas, segundo Basílio, não necessitam de elementos delimitados e categorizados do modo que necessitam as RFP's. Logo, quaisquer elementos estão sujeitos a servir como modelo analógico para outras formações. Por isso, o princípio da analogia dá conta não só da produtividade como também da criatividade lexical. Se analisarmos, por exemplo, as formações do português com o sufixo *-oso* dentro de uma perspectiva lexicalista, diríamos que tal sufixo agrega-se a uma base *x* (substantiva) para gerar adjetivos cuja semântica seria “cheio de *x*”. Assim, “orgulhoso” seria o resultado da aplicação dessa RFP, daí a interpretação como “cheio de orgulho”. Nessa perspectiva, somos levados a considerar que a semântica da base influi decisivamente na produtividade do processo e bases que caracterizam semanticamente “sentimentos” seriam um ambiente ótimo para aplicação

da RFP acima citada. Substantivos concretos, no entanto, não se dispõem ao sufixo *-oso*. Não temos “Cheio de casa : casoso”, nem “dinheiroso” para quem está cheio de dinheiro. No Globo Repórter do dia 16 de abril de 99, ao relatar sua satisfação pessoal após fazer uma cirurgia plástica, uma senhora disse que se sentia “gatosa”, não evidentemente na acepção de “cheia de gatos”, mas partindo da acepção semântica adjetiva da base “gata” que significa ‘mulher jovem e bonita’. É nitidamente analógica a formação de um vocábulo como “gatosa”, como mostra a quarta proporcional: feia: feiosa :: gata : gatosa.

A construção analógica necessita somente da existência de duas palavras que compartilhem de uma sequência morfológica em comum que, ao ser subtraída, permite a inferência do significado da parte restante; caso só se tenha uma única entrada é necessário que esta apresente uma das partes em comum com muitas outras da língua, o que permitiria uma identificação morfo-semântica segura. Assim, a formação “chocolatra” não deixa dúvidas quanto a sua estrutura morfológica complexa, formada pelo princípio da analogia, porque tem-se o vocábulo “alcoólatra” que paradigmaticamente está relacionado a álcool, alcohólico, alcoolismo, etc. Note-se, no exemplo dado, a força da analogia, já que o sufixo *-latra*, cujo significado é “aquele que cultua, que adora” não seria na perspectiva gerativa um dos mais produtivos. Casos de afixos de origem erudita tomando-se populares, via processamento analógico, no português contemporâneo do Brasil, não são poucos. O exemplo mais vivo é *-droma*, de origem grega, que a princípio contribuía com “hipódromo” e hoje estabelece uma listagem bastante numerosa de formações, entre elas “fórródromo”, termo comum no nordeste e que significa “lugar onde se dança fórró”.

A proposição do princípio da analogia como princípio universal dentro da perspectiva da Gramática de Princípios e Parâmetros traz reconhecimentos importantes para a teoria lexical e o mais importante deles é reconhecer o aspecto criativo, às vezes marginal, da formação de palavras. Entretanto, a assunção dessa postura teórica também coloca-nos questões difíceis de serem respondidas.

O princípio da analogia sempre existiu, não é novo. Foi a partir dele que o método comparativo chegou ao que hoje se conhece do indo-europeu. No entanto, com o estabelecimento dos pressupostos gerativistas que tentava controlar todos os processos derivacionais por meio de regras e restrições sobre elas, tudo o que não era regular, justificava-se pela analogia, que com isso passou a ser um artifício cuja adequação explicativa deixava a desejar. Assim, a grande maioria dos trabalhos em morfologia derivacional cita esse princípio em notas de rodapé, quando dentro do corpus analisado surge uma formação que não se encaixa na regra. Gamarski, em sua tese *“A derivação regressiva: um estudo da produtividade em português”* (1988) afirma que embora Barreto atribua exclusivamente à analogia o processo de derivação regressiva, ela afirma:

“O termo analogia não se mostra adequado à descrição e à análise do fenômeno em questão por ser muito vago, podendo abranger tanto regras de formação de palavras quanto formações acidentais na língua, que não podem ser enquadradas em processos regulares de derivação (...) Como a analogia não estabelece uma distinção

entre problemas relacionados à produtividade dos processos de formação de palavras e idiosincrasias ou fatos acidentais do léxico, não explica satisfatoriamente o fenômeno da derivação regressiva."

Vemos aí que a dificuldade em se assumir a analogia como explicação para todos os processos de formação de palavras está no fato de existirem processos produtivos e regulares ao lado de processos poucos produtivos e irregulares. Sandmann, no livro *Competência Lexical* (1991), coloca em nota de rodapé:

"da formação de palavras novas, de acordo com uma regra ou modelo, se distinguirá a analogia, formação de uma palavra especificamente sob inspiração de outra(s); exemplos seriam a formação de extrojeção pelo modelo de introjeção, empréstimo adaptado do inglês introyection, e de urbanitário de acordo com eletricitário, ferroviário, metroviário etc. (cf. SANDMANN 1986, P.203)".

As teorias gerativistas muito elucidaram sobre os processos de formação de palavras. Quando Basílio afirma que a analogia dispensa que os elementos sejam delimitados e categorizados como nas RFP's, ela dá conta de formações tipicamente analógicas que não teriam como contraparte uma RFP, como exemplo, teríamos os vocábulos "mauricinho" e "patricinha" em que se tem como base nomes próprios que via de regra não se prestam à formação de novas palavras a não ser por analogia como em "caetanear" e "djavanear" além de dispensar maiores explicações sobre o resultado semântico do produto. Contudo, ela não explica outras tantas coisas, como por exemplo:

- a) por que determinadas formas tornam-se de domínio público e outras são criações que não ultrapassam o domínio individual de quem as criou? Poder-se-ia enumerar várias justificativas para isso, como por exemplo o alcance da nova formação e o meio no qual ela foi veiculada. Deste modo, os neologismos de Guimarães Rosa (influinto, madrugança, duvidação...) teriam muito menos divulgação por estarem em um meio menos popular (livros) e restritos a um público leitor específico (leitores de obras literárias) do que uma formação que venha a ser usada numa telenovela da Globo, por exemplo. Entretanto, ainda restam perguntas:
- b) por que algumas formações se abrem ao princípio da analogia e outras a ele se fecham? Ou seja, se assumirmos que as palavras derivadas por meio do prefixo *re-* são formações analógicas, conforme a quarta proporcional: viver: reviver :: nascer :: renascer, é preciso explicar as formações bloqueadas, ou seja, as formações que não são possíveis de ocorrer como *remorrer, por exemplo. Ou ainda aquelas em que o sufixo *-in* se agrega a verbos que indicam ação. Os lexicalistas diriam que temos aí uma imposição da semântica da base, mas o que diriam os analogistas? No caso das

nominalizações, o que guia a escolha de um dos vários sufixos disponíveis ou nenhum deles, optando-se pelo processo chamado “derivação regressiva”? Tem-se hoje os neologismos verbais mostrando-nos claramente isso: **azarar** : **azaração**, mas **arrasar** : **arraso**.

- c) Por fim, fica a dúvida quanto a direcionalidade do processo, já que em perspectiva sincrônica é difícil para o falante saber qual palavra serviu de modelo a outra, ou seja, ficamos de novo diante do velho impasse do “quem nasceu primeiro?”

Existe sistematicidade nesses processos analógicos ou o PA a tudo se presta, é um jogo onde vale-tudo? Se a hipótese lexicalista incorre no erro de delimitar excessivamente o ambiente de aplicação das regras, o PA, como atualmente formulado, peca no sentido de não fornecer o mapeamento de sua aplicação, podendo ser criticado, como já se fez antes quando se falou de outros processos, como um mecanismo poderoso demais.

Devido à existência de perguntas sem respostas, somos levados a propor duas alternativas:

- a) considera-se a formação de palavras pelo princípio da analogia coexistindo ao lado das RFP's, como já se fazia.
- b) Considera-se, do mesmo modo que Basílio, o PA como processo único e universal de formação de palavras, analisando-o, porém, dentro de uma perspectiva cognitivista, em que se explica a produtividade dos processos, o bloqueio de formas, as variações semânticas do produto, dentre outras.

50

Ao adotarmos a alternativa b poderíamos estudar o fato de termos vários sufixos formadores de nomes deverbais e a escolha de um ou outro caracterizaria um determinado tipo de formação. Vejamos alguns dados:

- a) Pagar : pagamento. O pagamento das contas está atrasado.
- b) Pagar : pagação. Foi uma “pagação de mico” geral.

Por que na expressão gíriaca o *-mento* dá lugar a *-ção*? Veja a especificação de sentido das formas : liga, ligação, ligamento e ligadura. Note-se também que é comum duas formas conviverem, ocupando os mesmos contextos: religamento / religação.

Analisado em termos de processo de construção, o PA mostra-se aparentemente muito simples, pois basta aplicarmos a quarta proporcional que ele aflora. Porém, quando se observam com maior detalhe as formas que se criam e até as que não se criam, verifica-se que a ele subjaz um processo cognitivo muito mais complexo do que à primeira vista se possa imaginar, no qual somente a primeira fase seria a decomposição e a reutilização de formas disponibilizadas na língua.

Referências bibliográficas

BASÍLIO, Margarida. *Teoria lexical*. São Paulo: Ática, 1987.

_____. *Estruturas lexicais do português: uma abordagem gerativa*. Petrópolis: Vozes, 1980.

_____. O princípio da analogia na constituição do léxico: regras são clichês lexicais. In: *Veredas- revista de estudos linguísticos*. Juiz de Fora: EDUFJF, v. I, n° 1, 1997.

GAMARSKI, Léa. *A derivação regressiva: um estudo da produtividade lexical em português*. Goiânia: CEGRAF/ UFG, 1988.

SANDMANN, Antônio José. *Competência lexical*. Curitiba: Ed. da UFPR, 1991.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Editora Cultrix, 1995.